

EXPECTATIVAS DA QUINTA CONFERÊNCIA*

Dom Demétrio Valentini

Introdução: Uma Conferência Geral em Aparecida

Quando em Santo Domingo, no seu discurso inicial, João Paulo II anunciou sua intenção de convocar um “sínodo continental” para a Igreja inteira da América, parecia selada a história das “Conferências Gerais do Episcopado latino-americano e caribenho”. A impressão deixada era que não haveria mais “conferências gerais”. Haveria “sínodos continentais”. A Igreja da América Latina deixaria de ser um sujeito eclesial, com iniciativas próprias, e identidade diferenciada. As iniciativas do seu “enquadramento continental” viriam de Roma, inseridas na estratégia de acompanhamento da Igreja no mundo a partir desta referência ampla e homogeneizadora, que são os continentes.

Esta apreensão tomou forma no Sínodo da América, realizado em 1997, sob a inspiração de um slogan repetido com insistência: “uma só América, uma só Igreja”.

* Texto da aula inaugural, proferida por ocasião da abertura do ano acadêmico da FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia), de Belo Horizonte, em 06 de março de 2007.

Na verdade, a partir do Sínodo da América pareciam esvaziadas as “conferências gerais” da Igreja da América Latina. Tanto que, ao ser anunciada esta, alguns manifestaram sua estranheza, e até contrariedade. Numa das reuniões do “Conselho pós-sinodal”, que resultou do Sínodo da América, e que continua até hoje, o Cardeal canadense Turcotte manifestou sua contrariedade diante da proposta de uma “Conferência” de âmbito só latino-americano. Ela parecia contrariar, ou ignorar, a insistência do Sínodo da América.

A oportunidade para superar esta quase fatalidade, e reverter as expectativas, surgiu na Assembléia do CELAM em Caracas, 2001, quando o Cardeal Maradiaga propôs uma nova Conferência, com a finalidade de celebrar o jubileu do CELAM. A ampla adesão de quase todos os participantes deu consistência à proposta, que a partir daí passou a ser levada adiante, com a disposição e a esperança de ser concretizada.

A longa demora de sua realização denota o difícil caminho que precisou ser percorrido. Era preciso sair do improvável, passar pelo possível, chegar ao recomendável, e conseguir o parecer de João Paulo II, que parecia ter desautorizado a continuidade das “Conferências”. A intenção de fazer uma nova “Conferência Geral” se transformou em decisão de fazê-la, quando João Paulo II expressou sua concordância.

Nisto teve mérito o atual Presidente do CELAM, o Cardeal Errázuriz. Ele teve a iniciativa de formalizar uma consulta oficial à Igreja da América Latina e do Caribe, para levantar as opiniões e levá-las ao Papa. Das 22 Conferências Episcopais, 20 se manifestaram favoráveis à realização da “Conferência Geral”. Dos 30 Cardeais latino-americanos, 18 eram favoráveis. Apresentados estes dados ao Papa, num almoço com a Presidência do CELAM, João Paulo II sentenciou: “Eu quero o que a Igreja da América Latina quer”. Estava dado o sinal verde para a realização da Conferência.

Em seguida vieram as peripécias da escolha do lugar, cujo desfecho nos deixa algumas interrogações que precisam ser respondidas.

No início se acordou em realizar a Conferência em Roma, para que o Papa, doente, a seguisse de perto. Mas pairava no ar a sensação de que esta disposição não era para valer. Tanto que, na surdina, se falava com insistência de que, se não fosse em Roma, seria no Equador, sem que ninguém tivesse a coragem de dizer a razão que possibilitaria a mudança de lugar.

Falecido o Papa, isto é, acontecida a razão, o Equador perdeu força, com a entrada de dois outros postulantes, o Chile, que tinha o Presidente do CELAM, e a Argentina, que tinha o Secretário do CELAM, e ambos tinham também os seus motivos para se acharem em condições de acolher a Conferência.

Aí veio a surpresa. Bento XVI, também num almoço com cardeais representativos da América Latina, comunicou sua decisão. Não seria nem no Chile nem na Argentina. E daria para dizer: nem no Brasil, mas em Aparecida!

Isto é, resulta evidente que a escolha de Aparecida se deu em primeiro lugar pelo simbolismo eclesial do santuário mariano de Aparecida e pela ressonância pastoral da escolha de um santuário mariano para a Igreja da América Latina.

O Papa não deu nenhuma razão de sua escolha. As razões precisam ser deduzidas. A mais evidente está ligada, assim me parece, ao simbolismo de Aparecida, com todo o conjunto de circunstâncias que compõem hoje o panorama eclesial do Santuário de Aparecida, a começar pela “narrativa” que descreve as origens da devoção a Maria sob a roupagem de todo o imaginário ligado a Nossa Senhora Aparecida.

Neste sentido, uma das tarefas ainda pendentes seria divulgar melhor, sobretudo entre os países da América Latina, o simbolismo de Aparecida, o significado do que poderíamos chamar de “parábola de Aparecida”. Pois ele é completamente desconhecido fora do Brasil.

Mas é legítimo perguntar se Bento XVI não teve também outras razões para escolher Aparecida, dado que ela se situa no Brasil.

Não é fora de propósito imaginar que Bento XVI pensou na Igreja do Brasil e no peso que ela tem no contexto atual da América Latina. E também no valor de sua rica experiência eclesial, com seu dinamismo, incentivado pela intensa atuação da CNBB, mas, sobretudo, assumido na base pelo “povo de Deus”, que acolheu com entusiasmo e criatividade as orientações pastorais do Vaticano II, e as concretizou em inúmeras “comunidades eclesiais de base”, sustentadas pela Palavra de Deus e iluminadas por uma reflexão teológica que lhes dava consistência e fundamento.

A decisão de Bento XVI se vincula, portanto, com a Igreja do Brasil. Até porque a fundação do CELAM, pretexto básico desta Conferência, aconteceu no Brasil, na Primeira Conferência Geral, em 1955.

A realização da Conferência em Aparecida interpela a Igreja do Brasil. Ela se sente intimada a testemunhar o dinamismo que a caracterizou nos tempos da entusiástica recepção do Concílio e a dar conta de sua situação atual.

A Igreja do Brasil tem uma dívida a pagar nesta Conferência. E quem sabe Bento XVI, ao escolher Aparecida, também sentiu esta ou outras dívidas para com a própria Igreja do Brasil. Ele tem a grande oportunidade de quitar estas dívidas com os discursos que ele fará no Brasil, especialmente na abertura da Conferência em Aparecida. Eles irão, certamente, balizar os trabalhos da Conferência. Mas seria bom que os bispos brasileiros se imbuíssem da missão de garantir nesta Conferência os carismas que o Espírito suscitou na caminhada da Igreja nestes 50 anos de CELAM, que a Conferência quer celebrar.

1 - Vertentes das expectativas de Aparecida

O que distingue esta Conferência das outras já realizadas é a intensa expectativa que ela suscitou. Isto é muito significativo. Pois a expectativa estimula a participação, corrobora o comprometimento e cria cobranças que precisam ser atendidas, com o risco também de frustrações que devem ser evitadas.

As expectativas são boas, pois despertam esperanças. Mas nos colocam na prensa, pois apresentam a fatura a pagar. Humanamente, é uma temeridade realizar uma Conferência destas, estimulando tantos anseios, que pedem para ser realizados. Não se podem frustrar as esperanças suscitadas no povo de Deus.

Convém primeiro identificar bem de onde surgem estas expectativas.

Talvez o primeiro motivo tenha nascido da surpresa da realização desta Conferência. Como parecia que nunca mais haveria Conferências, e de repente se confirmou mais uma, cresceu a convicção de que era urgente aproveitar bem esta oportunidade que parecia ter desaparecido.

Outro motivo vem do caráter de jubileu que esta Quinta Conferência apresenta. De fato, a primeira motivação de sua realização foi a iminência do Jubileu do CELAM que se aproximava. Como foi lembrado, a idéia foi lançada na Assembléia de Caracas, em 2001. Por seu caráter de Jubileu, a Conferência de Aparecida se apresenta com a incumbência de retomar os desígnios iniciais, de refazer a caminhada, de reassumir os compromissos, de recuperar valores perdidos e de reencontrar a própria identidade.

Outra vertente das expectativas que cercam Aparecida é a percepção de que chegou a hora de a Igreja da América Latina e do Caribe enfrentar a nova realidade, resultante das profundas transformações acontecidas nas últimas décadas. Elas tiveram grandes repercussões, sobretudo eclesiais. Assim, a Conferência de Aparecida se torna o momento oportuno para a Igreja se posicionar diante da nova realidade de um continente em profunda transformação, cuja identidade vai rapidamente prescindindo de sua vinculação com a Igreja Católica, que por isto se questiona e se pergunta como fazer para continuar tendo significação histórica para um povo que já não se sente obrigado a identificar-se com ela.

Assim, Aparecida se apresenta como momento privilegiado, hora da graça, oportunidade imperdível, ocasião propícia para a Igreja ouvir os apelos que o Espírito lhe faz através da realidade, que clama por um reencontro fecundo com o Evangelho de Cristo e por novas formas de expressão eclesial.

Aparecida dará conta de tantas expectativas? Certamente os dias da Conferência serão poucos para tudo isto, e o documento esperado, incapaz de

responder a todos estes anseios. Tanto mais, então, é importante entender Aparecida não como um acontecimento isolado, mas como um processo, que já começou e que o documento final precisa, certamente, deixar em aberto, para que continue e se aprofunde.

Já é um alívio perceber que nem tudo cabe dentro de um documento, que é produto logo imaginado para uma reunião de Bispos. Não será o documento o único veículo a carregar as esperanças de Aparecida! Precisamos carregá-las nós também!

Daí a importância do caráter eclesial deste processo suscitado pela realização de uma “Conferência Geral do Episcopado” do nosso continente. Ela é “episcopal”, mas sua dimensão é “eclesial”. E como tal, nos sentimos todos convidados a participar deste processo.

É isto que motiva iniciativas como esta, que eu parabenizo. É importante fortalecer o envolvimento em questões levantadas que nos interpelam como cristãos.

Aí encontramos a motivação melhor de nos interessarmos por um evento “eclesial”, pois ele aponta para a causa maior do Evangelho. Quando o Evangelho está em causa, nos sentimos todos interpelados.

Portanto, o que dá a dimensão mais adequada a este evento é, na verdade, o seu caráter evangélico. De fato, a referência central que o tema coloca é Jesus Cristo: “discípulos e missionários de Jesus Cristo”!

A Igreja pode estar em crise, mas a validade do Evangelho de Jesus permanece inalterada. Muitos temem pelo desaparecimento do “cristianismo”, como forma histórica que visibilizou a cultura ocidental. Pode até desaparecer, ou transformar-se profundamente. Mas a causa do Evangelho permanece.

Neste sentido, as expectativas de Aparecida encontram seu horizonte mais adequado na força do Evangelho, que “não pode estar aprisionado”, como já afirmava S. Paulo.

2. Do otimismo às crises – trajetória dos últimos 50 anos

A história é imprescindível para se entenderem adequadamente os acontecimentos. Os últimos 50 anos, que a Conferência de Aparecida, por seu caráter de Jubileu, quer ter presente, foram carregados de profundas transformações. É interessante observar a seqüência dos eventos, que poderíamos sintetizar através de décadas.

Um dado emerge com evidência, e nos ajuda a entender porque a Igreja se encontra agora em dificuldade. Está difícil de colocar em prática as grandes esperanças do Concílio. A aplicação do Concílio está em crise. E por quê?

Porque o Concílio foi feito num tempo de grande otimismo, e começou a ser aplicado num tempo de sucessivas crises.

O grande impulso de renovação da Igreja em nosso tempo nasceu numa época de muito otimismo, de muitas utopias, no clima de euforia vivido sobretudo pela Europa que estava se refazendo da segunda guerra mundial. As duas décadas, de 50 e de 60, quando nasceu o CELAM e se realizou o Concílio Vaticano II, foram as décadas mais otimistas dos últimos séculos.

A Conferência de Aparecida é chamada a retomar as esperanças do Concílio, de maneira mais realista, mais consciente das dificuldades que precisam ser enfrentadas com determinação.

A *década de 50* foi pródiga de iniciativas que semeavam esperanças. Em 1952 nascia aqui no Brasil a CNBB. Em 1955 era fundado o CELAM, como fruto da primeira Conferência Geral, do Rio de Janeiro. Em 1956 foi fundada a Caritas Brasileira. E em janeiro de 1959 João XXIII anunciava o Concílio, cuja idéia foi logo aceita entusiasticamente por todos.

A partir daí, o otimismo e as esperanças foram se concentrando no grande evento do Concílio Vaticano II, realizado em plena *década de 60*.

Mas nem bem terminava a “*década do otimismo*”, começaram os sintomas de sucessivas crises que iriam angustiar sobretudo a Europa e comprometer a aplicação do Concílio.

O primeiro sintoma foi a “*revolta dos estudantes*” em 1968, evento que manifestou com muita evidência a crise da modernidade e que deixou perplexos muitos teólogos, inclusive um que depois teve muito sucesso eclesial...

Uma coincidência muito significativa:

No mesmo ano em que a Igreja da América Latina se reunia em Medellín para acolher generosamente o Concílio, a Europa se assustava com a crise da modernidade e começava a buscar segurança no retorno a refúgios institucionais, num movimento contrário ao Concílio, que tinha proposto a reconciliação da Igreja com o “*mundo moderno*”.

É importante ter presente estes fatos, para se compreenderem as dificuldades de aplicação do Concílio e também o descompasso da caminhada da Igreja na América Latina com as preocupações de Roma, que vivia de perto a tensão da crise cultural da Europa.

Um rápido percurso pelas décadas seguintes nos mostra uma sequência de crises, que tiveram profunda incidência na realidade que hoje vivemos.

A *década de 70* viu a “crise do petróleo”, com os preços disparando, e o surgimento dos “petrodólares”, que os bancos ocidentais assimilaram e transformaram em fonte de empréstimos fáceis e abundantes aos países em desenvolvimento.

Isto provocou, como consequência, na *década de 80*, a crise da dívida, que marcou profundamente nossos países e que perdura até hoje. Isto explica a passagem do “capitalismo produtivo”, para o “capitalismo financeiro”, especulativo.

O final da *década de 80* viu a crise do socialismo, com a queda do muro de Berlim em 1989, símbolo das grandes transformações políticas na Europa Oriental, que levaram ao desmoronamento da União Soviética em 1991.

A *década de noventa* viu a chegada da globalização, sob o comando do neoliberalismo, apregoando privatizações, a desistência do “Estado do bem-estar social”, o abandono das utopias coletivas, a desregulamentação do Estado, a exasperação do sucesso individual e do poder financeiro, a abertura indiscriminada dos mercados. Vinha com a pretensão de ser a solução definitiva para os problemas do desenvolvimento, a “verdade única” que iria conduzir a história daí para a frente, sem contestações.

3. Superação dos impasses – ingente tarefa de hoje

Não tardou a se manifestarem os impasses provocados por uma globalização excludente e concentradora:

- crise da sustentabilidade ecológica;
- aumento da exclusão e da violência;
- crise dos valores éticos;
- perda de identidade cultural e subjetiva;
- crise da solidariedade.

Assim o novo milênio, que parecia chegar com ares de utopias próximas de sua realização, ao contrário, iniciou mergulhado em profunda crise civilizatória, que atinge todas as instituições, também a Igreja.

Este o contexto histórico amplo, em que se realiza a Quinta Conferência de Aparecida. Não são simples os problemas a enfrentar!

Porém, quanto mais profunda a crise, mais chance para o Evangelho, que conserva sua validade, como proposta fecunda e inesgotável de acolhida

dos excluídos, de fraternidade e também de reconciliação cósmica. Quanto mais evidente o colapso humano, mais se abre o caminho para a ação de Deus. Como no tempo de Jesus, podemos também agora pressentir: “O Reino de Deus está próximo, convertei-vos e crede no Evangelho”!

Por isto, descobrir a validade do Evangelho de Jesus, e os caminhos para o reencontro com ele, é a tarefa de fundo que está em jogo com a proposta desta Quinta Conferência.

A superação dos impasses atuais, produzidos nos subterrâneos da crise civilizatória que agora vivemos, não se dará tanto por modificações da estrutura eclesial, mas pela retomada em profundidade do Evangelho. Será a vivência do Evangelho, aberta a todos, que terá a força de suscitar as adequadas mudanças na vida da Igreja.

4. Retomar as grandes intuições do Concílio

João XXIII sintetizava as intenções do Concílio em duas propostas muito dinâmicas:

- a volta às fontes;
- o “aggiornamento”, a atualização, da Igreja.

A propósito, Comblin faz questão de ressaltar algumas intuições de João XXIII que concretizavam estas duas propostas centrais.

Em primeiro lugar, superar as condenações, substituindo-as pelo diálogo que levasse para o mútuo crescimento das posições. Ele observa, preocupado, que ao contrário disto, nas últimas décadas houve 100 condenações de teólogos católicos, situação que acabou inibindo o exercício da própria teologia.

Em seguida, ele observa que João XXIII queria um concílio “pastoral”, o que não é um adjetivo pejorativo. Ao contrário, segundo Comblin, isto dá aos “Pastores” a incumbência de decidir o que convém para a Igreja, deixando aos “pastoralistas” fazer as reflexões convenientes!

Comblin observa ainda que, na intenção do Concílio, a Igreja Católica devia se abrir ao ecumenismo. Segundo Comblin, este ecumenismo não pode se limitar aos pequenos grupos históricos do protestantismo, mas precisa se abrir para o vasto fenômeno do pentecostalismo.

O Vaticano II teve uma peculiaridade, que o distingue de todos os outros concílios: não foi convocado para resolver um problema específico, como tinham sido os outros. Mas por iniciativa profética de um papa, num momento

em que a Igreja, institucionalmente, vivia um momento de segurança e tranquilidade. Não era necessário um concílio. Talvez não era conveniente um concílio, como pensavam os que queriam manter as coisas como estavam.

Acontece que os problemas começaram depois do Concílio e colocaram em risco seriamente sua aplicação. Assim, um concílio que, nas palavras insistentes do Cardeal Lercaro, devia deixar “as portas abertas” para novos avanços, viu ao contrário se fecharem as portas para mudanças mais significativas na Igreja, com o fortalecimento do refluxo conservador, com o aumento do controle central, temeroso de mudanças mais significativas.

Hoje o Vaticano II corre o risco de esterilização de suas grandes intuições.

Por isto, é tarefa da Quinta Conferência retomar as grandes intuições do Concílio, como força motivadora para o prosseguimento da renovação eclesial na América Latina, na busca do reencontro com as realidades históricas deste continente.

Algumas destas intuições podem ser lembradas brevemente:

- A eclesiologia do Vaticano II, baseada na visão da Igreja como povo de Deus. Esta eclesiologia implica a valorização dos leigos e coloca com força a questão ministerial, no seu amplo espectro, desde o “ministério petrino”, passando pelo ministério ordenado, incluindo os ministérios que precisam estar presentes nas comunidades.
- A retomada da “colegialidade episcopal”, como garantia da unidade na diversidade e como fundamento da concretização da Igreja em “Igrejas Locais”.
- A valorização das Conferências Episcopais, incentivando o exercício de suas responsabilidades.
- As “Comunidades eclesiais de base”, como processo prático e como encarnação da Igreja nas realidades do povo.

Mas hoje em dia vivemos uma realidade tão marcada por transformações, que não basta guiar-nos pelos critérios e indicações de um Concílio, por mais importante que tenha sido, como o Vaticano II.

É preciso recorrer à inspiração mais profunda da Igreja primitiva e buscar diretamente as fontes do Evangelho, tal como foi anunciado, praticado e vivido historicamente por Jesus.

Portanto, ter como referências fundamentais a Igreja primitiva e o Evangelho de Jesus, recuperado em sua dimensão histórica.

5. Recuperar a prática da Igreja primitiva

No que se refere à Igreja primitiva, é importante ter como referência os Atos dos Apóstolos, por diversas razões.

Em primeiro lugar, para fazer uma releitura da trajetória que Lucas traça para a Igreja, nas palavras que ele atribui a Jesus: “Sereis minhas testemunhas em Jerusalém, na Judéia, na Samaria e até os confins do mundo” (At 1,8). Através destas palavras de Jesus, Lucas traça o roteiro de sua obra. Os Atos descrevem o nascimento da Igreja em Jerusalém, sua expansão progressiva pela Judéia, pela Samaria, e termina deixando Paulo em Roma, a capital do império. Até pareceria que o livro dos Atos tivesse ficado incompleto. Mas não! Roma, para Lucas, significava “os confins do mundo”, e terminando em Roma, Lucas completava a trajetória que tinha se proposto.

Ora, a Igreja Ocidental fez desta trajetória uma leitura redutiva, como se os Atos sugerissem que Roma é o ponto de chegada do Evangelho, como referência local e estática. Ao contrário, Roma era a capital do mundo que Paulo tentou evangelizar, e Roma simbolizava que os Apóstolos tinham fincado a bandeira do Evangelho “no coração do mundo”.

Neste sentido, a Roma dos Atos é uma referência dinâmica, um convite permanente a superar fronteiras. Não a criar muros, mas a continuar fincando a bandeira do Evangelho no coração do mundo, nas circunstâncias de cada época.

O Livro dos Atos apresenta duas outras dimensões muito fecundas e importantes, que precisam ser retomadas hoje pela Igreja, com urgência:

- a inculturação da fé;
- a valorização do concílio, a partir da experiência do “concílio de Jerusalém”.

Quanto à inculturação, é possível dizer que até hoje a Igreja viveu só uma experiência profunda e bem sucedida de inculturação do Evangelho, pela maneira como se inseriu na cultura greco-romana, resultando uma realização eclesial que continua até hoje.

(Na verdade, houve outras experiências de inculturação, que hoje deveriam ser mais valorizadas e tomadas como referências para possíveis inculturações no mundo de hoje, como as antigas Igrejas orientais e africanas).

Como a Igreja primitiva fez no contexto do império romano, deveria continuar fazendo hoje. Com a mesma força do Espírito, na fidelidade ao Evangelho, mas também na liberdade em acolher elementos da cultura e religiosidade popular, de tal modo que resultem Igrejas humanamente caracte-

rizadas pela realidade sócio-cultural dos povos e continentes onde se implantam.

A falta deste processo profundo de inculturação explica, certamente, a dificuldade da Igreja em se implantar em culturas ancestrais, como na Índia, China, Japão e outros países. Mas explica também o espaço de maior liberdade que a Igreja poderia deixar para a sua nova inculturação nos ambientes marcados hoje pela modernidade e pós-modernidade, também aqui na América Latina.

Por isto, uma das preocupações de Aparecida se coloca, necessariamente, em termos de nova inculturação do Evangelho, com as conseqüências eclesiais que isto deve significar.

Mas os Atos dos Apóstolos nos trazem outro testemunho, pouco percebido, mas importante, sobretudo diante do desafio da aplicação do Vaticano II.

Os Atos mostram quanto foi importante o “concílio de Jerusalém”, para abrir as portas para a aceitação da fé cristã em meio aos pagãos, pela flexibilização da exigência da circuncisão. Mas mostram também como as decisões do Concílio foram assumidas, incondicionalmente, por todas as correntes ideológicas da Igreja e passaram a fazer parte necessária da agenda eclesial.

Tanto a “direita conservadora”, representada pela Igreja de Jerusalém, como a “esquerda progressista”, representada por Paulo e Barnabé, assumiram as decisões do Concílio e se guiavam por elas. Isto dá para perceber muito claramente ao longo dos Atos. Bastam duas citações:

At 16,4-5: *“Paulo e Timóteo transmitiam as decisões que os Apóstolos e os Anciãos haviam tomado, e recomendavam que fossem observadas”.*

Em At 21,25, quando S. Paulo quis passar por Jerusalém antes de seguir para Roma, os membros da Igreja de Jerusalém disseram-lhe: *“Quanto aos pagãos que abraçaram a fé, já escrevemos a eles sobre nossas decisões: abster-se de carnes imoladas aos ídolos, de sangue, de carnes sufocadas e uniões ilícitas”.* As palavras são tiradas diretamente do documento conciliar (cf. At 15,29).

Pois bem, é isto que faltou ao Vaticano II. Ainda antes de ele acabar, a “direita conservadora” questionou o Concílio e passou a empreender um trabalho sistemático para solapar sua aplicação exatamente nas medidas que mais favoreceriam hoje uma nova “inculturação do Evangelho” e o surgimento de novas expressões eclesiais, mais encarnadas e mais autônomas: as conseqüências práticas da “colegialidade episcopal”, a visão de Igreja como “povo de Deus”, a valorização dos leigos, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso (reconhecendo a ação do Espírito também em outras realidades fora da Igreja Católica) e o valor das realidades terrestres e o respeito pela sua autonomia.

6. Recuperar a força e a originalidade do Evangelho de Jesus

O momento que a Igreja vive hoje, não só na América Latina, mas no mundo inteiro, exige um esforço consciente e persistente de recuperação do Evangelho de Jesus, na sua integridade, nas suas grandes inspirações e nas suas conseqüências mais radicais.

Só uma nova e profunda identificação da Igreja com o Evangelho lhe dará credibilidade e esperança. Como fez São Francisco, que adotou o Evangelho como regra prática de sua comunidade, a Igreja hoje precisa ter a coragem de perceber o quê e como Jesus fez, para fazer ela também, sem se perguntar se isto escandaliza, fere sensibilidades, e, sobretudo, se isto vai contra privilégios estabelecidos ou contraria interesses de poder e de dominação. Convém lembrar algumas dimensões centrais do Evangelho de Jesus.

6.1. A dinâmica da encarnação

Antes que palavras, o Evangelho é constituído por fatos fundamentais.

O primeiro deles, a encarnação do Verbo em Jesus de Nazaré. O processo de encarnação é continuado pela realização da Igreja de Cristo. O Espírito a guia para que ela assuma as realidades do seu tempo e as torne sacramento da presença de Deus e manifestação de sua graça. Assim deve fazer a Igreja.

A dimensão de encarnação fundamenta a realidade e o processo de inculturação, que expressa o dinamismo do Espírito que continua fecundando a história, revelando e fazendo acontecer a ação salvífica de Deus.

6.2. O contexto histórico do Evangelho

Mais do que fatos, o Evangelho consistiu na reação de Jesus diante dos fatos que teceram sua vida e seu relacionamento humano. Daí a importância de recuperar a realidade destes fatos, para perceber melhor como Jesus agia.

Por isto se diz que é fundamental para a Igreja ter hoje como referência o “Jesus histórico”. Exatamente para reencontrar o cerne do seu Evangelho. Não se trata de trabalho arqueológico de resgatar circunstâncias antigas, para imitá-las hoje artificialmente. Justo o contrário. A referência a Jesus histórico nos permite relativizar as circunstâncias, para valorizar as atitudes de Cristo, que constituem na verdade o seu Evangelho.

Daí a importância de identificar as grandes opções de Jesus, as posturas que mais manifestam seu mistério, que mais revelam suas intenções, e mais apontam para a prática verdadeira do seu evangelho. Quais são?

6.2.1. Sua mística

Em primeiro lugar, Jesus foi impregnado do Espírito. Sem o Espírito, não se entende Jesus. Com sua mística, Jesus:

- cultivava permanente comunhão com seu Pai;
- se deixava conduzir inteiramente pelo Espírito, em plena disponibilidade, liberdade e prontidão em agir com a força que o animava;
- era absorvido continuamente pela utopia do Reino, que mobilizava suas preocupações e fascinava suas aspirações.

6.2.2. Sua clara opção pelos mais fracos, pelos excluídos, pelos pequenos, pelos simples, pelos pecadores, pelos pobres

É importante recuperar o alcance desta opção de Jesus. Bem que ele podia ter procurado as pessoas de poder, de destaque, de posição religiosa, de influência social. Tinha todas as condições para isto, desde os doze anos! Mas claramente ele preferiu “os simples e os pequeninos”, e justificou sua opção sentindo-se avalizado por seu próprio Pai. Portanto, buscou a justificativa mais profunda e mais radical para a sua “opção” decidida e consciente. “Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado”, declarou ele, ao exultar vendo como era acolhido pelos pobres. “Escondeste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos”.

Portanto, a opção de Jesus pelos pobres não foi estratégica, não foi circunstancial. Nasceu das profundezas de sua identificação com o mistério do Pai. Ela é inseparável do seu Evangelho. A porta de entrada do mistério da salvação, que Deus escolheu, são os pobres. Por eles se acessa ao Reino de Deus.

6.2.3. A valorização do “outro”, do diferente, do estrangeiro

Impressiona ver a obsessão que Jesus tinha pelo “outro”. Tantas vezes estava à beira do lago e insistia em passar para “o outro lado”. Que diabo de obsessão era esta, será que deste lado não dava peixe?

Esta atitude de Jesus é profundamente reveladora do mistério da Trindade e assinala a urgência e a necessidade de abrir-nos ao outro e ao diferente, e encontrar nele, de maneira mais profunda, nossa própria identidade.

O mesmo se deve dizer do apreço de Cristo pelos estrangeiros. Atendeu prontamente o centurião estrangeiro e louvou sua fé. Tinha consciência histórica do limite territorial de sua atuação, mas teve o cuidado de atravessar todas as fronteiras que circundavam seu país: ao sul fugiu para o Egito

quando ainda criança. Ao norte foi para Tiro e Sidônia. A nordeste para Cesaréia de Filipe. Mais abaixo foi para o “país dos gadarenos”, e a leste foi “além Jordão”.

Jesus nos ensina a atravessar todas as fronteiras e abrir-nos para horizontes mais amplos!

6.2.4. A transformação da mentalidade

Jesus empreendeu um esforço contínuo de mudar a mentalidade dos seus discípulos e do próprio povo. Tudo em vista de alargar as mentes e os corações, para sintonizá-los com os generosos desígnios de misericórdia do seu Pai, que a todos queria envolver no seu amor.

O exemplo mais típico foi a mudança que Jesus conseguiu fazer a respeito dos “samaritanos”. Eles eram uma espécie de “protestantes” do Antigo Testamento, meio heréticos e separados.

Para os judeus, só havia “maus samaritanos”. Pois bem, à força de suas atitudes de acolhida dos samaritanos, Jesus conseguiu cunhar a idéia do “bom samaritano”. Foi uma transformação muito mais profunda do que mudar água em vinho.

Para isto, empreendeu todo um programa para mudar o relacionamento com os samaritanos. Quis fazer da Samaria o roteiro necessário de suas andanças (“precisava passar pela Samaria”), aceitou dialogar com uma mulher samaritana, deixou-se acolher pelos samaritanos, repreendeu os discípulos que queriam reagir diante da repulsa dos samaritanos. Na história dos dez leprosos, o único agradecido foi um samaritano. E finalmente, na linda parábola do homem caído à beira do caminho, cunhou de maneira indelével a figura do “bom samaritano”. Hoje até a Igreja quer ser “samaritana”...

Esta atitude de Jesus com os samaritanos explica a generosa acolhida que a Igreja primitiva teve nas terras da Samaria. Com certeza, os samaritanos recordavam bem quanto Jesus os tinha valorizado.

O que nos diz hoje esta atitude de Jesus frente aos “samaritanos” de hoje? Somos capazes de transformá-los, e transformar-nos, em “bons samaritanos”?

6.2.5. O duro enfrentamento com os opositores do Reino

Isto também fez parte do Evangelho vivido por Jesus. Ele bateu de frente com todos os que exploravam os pequenos e os mantinham cativos dentro de preconceitos que os impediam de viverem os valores do Reino. Ele não brigava por idéias, como partidário de uma ideologia. Ele se posicionava a

favor dos pobres e a serviço da vida. Não tinha preconceito de nenhuma ordem. Aceitou se hospedar na casa de Zaqueu e de Simão, soube elogiar o fariseu que estava “próximo do Reino”. Mas era inflexível quando os valores do Reino eram contrariados, seja pelos fariseus como por seus próprios discípulos. Vivia uma coerência a toda prova.

Estes breves acenos são suficientes para mostrar quanto o Evangelho de Jesus continua válido, e exigente, e como ele ainda pode ser resposta a todos os que têm “fome e sede de justiça”.

7. Tarefas da Quinta Conferência

Diante destas grandes referências – o Vaticano II, a Igreja primitiva, o Evangelho do Jesus histórico –, o que dá para esperar desta Quinta Conferência?

Em primeiro lugar, não dá para esperar demais! Não podemos pedir demais! Mas no mínimo, a Conferência deve impulsionar, retomar valores da caminhada da Igreja em nosso continente e deixar as portas abertas para ulteriores avanços.

Não se espera desta Conferência um largo documento teórico, cheio de ensinamentos. Estes já foram dados em abundância pela Igreja nas últimas décadas.

Dá para dizer que a tarefa desta Conferência deve consistir, isto sim, em grandes opções estratégicas, evangélicas, que deixem o caminho aberto para outros desdobramentos.

Em síntese, Aparecida é chamada a RECUPERAR, REAFIRMAR e AVANÇAR.

7.1. Recuperar

- a própria *metodologia* característica da Igreja na América Latina, que foi abandonada na Conferência de Santo Domingo. Partir da realidade, na dinâmica conhecida do VER, JULGAR e AGIR.

Na verdade, o que está em jogo é a prática de Jesus, que partia da realidade, para nela colocar sua ação, animada por seu Espírito. Não se trata, portanto, da forma externa ou da seqüência do documento da Conferência. Mas de suas opções que precisam derivar do seguimento da prática de Jesus. Tais como:

- a *inculturação do Evangelho*, superando a mera interculturalidade superficial. A inculturação, assumida de verdade e levada a sério, leva

a conseqüências muito profundas, também eclesiais, a serem assumidas e realizadas com a legitimidade do Evangelho, não com autorizações jurídicas ou concessões benevolentes;

- a eclesiologia da *Igreja Local*;
- a centralidade eclesial da “*colegialidade episcopal*”;
- a importância das *Conferências Episcopais*;
- a *memória histórica* da caminhada da Igreja na América Latina e Caribe:
 - a irrupção dos pobres como sujeitos, na Igreja e na sociedade;
 - a opção da Igreja pelos pobres;
 - a denúncia das estruturas injustas;
 - a teologia libertadora;
 - as comunidades eclesiais de base;
 - a proximidade dos pastores junto ao povo;
 - a vida consagrada inserida nas comunidades;
 - os ministérios leigos;
 - o despertar da consciência dos marginalizados: indígenas, afrodescendentes, mulheres, jovens.

7.2. *Reafirmar*

- o primado da Palavra de Deus para a vida da Igreja. Colocar a Bíblia na mão do povo, para iluminar as realidades de hoje e refazer a experiência de Jesus. Uma Palavra dinâmica, portanto;
- a centralidade da justiça e a libertação das injustiças;
- a dignidade de toda pessoa humana;
- o protagonismo dos leigos;
- a colegialidade episcopal;
- a importância da Igreja Local;
- a importância das comunidades de base;
- o espírito de comunhão e de participação;
- a religiosidade popular, como expressão da fé inculturada.

7.3. *Avançar*

- A Igreja colocada mais a serviço do Reino, não na defesa de sua instituição ou na afirmação dos seus privilégios históricos;
- acolher melhor e abrir espaço para os pobres, as vítimas do sistema, favorecendo a participação dos excluídos na Igreja: indígenas, afros, mulheres;
- viver a gratuidade;

- enfrentar com mais coragem a questão ministerial na Igreja, sobretudo para prover as comunidades da Eucaristia;
- avançar no diálogo ecumênico e inter-religioso, com o respeito pela diversidade e pluralidade;
- aprimorar os processos de pastoral orgânica;
- maior atenção à ecologia, com o aporte que a Igreja pode dar neste campo.

8. Cobranças a serem feitas

Mesmo com consciência de que nem todas as expectativas em torno da Conferência de Aparecida podem ser atendidas de imediato, ou possam constar do seu documento oficial, algumas delas são feitas com tanta ênfase e urgência, que se tornam cobranças, das quais a Conferência não poderá se esquivar.

8.1. Comunidades de base

As comunidades concretas, de nossas realidades sociais, querem em primeiro lugar ver reconhecida sua eclesialidade, com a liberdade de viverem o Evangelho e contarem com os recursos da graça de Deus.

8.2. A questão ministerial

Este é um dos gargalos da renovação da Igreja. Por sua grande abrangência, esta questão extrapola as incumbências da Conferência de Aparecida. Tanto mais ela precisa sinalizar a urgência de a Igreja enfrentar com coragem esta questão.

8.3. A mulher na Igreja

Um ponto muito importante, que precisa de avanços concretos e efetivos, é o reconhecimento da presença da mulher na Igreja, do significado eclesial e da dimensão ministerial de sua atuação e de sua imprescindível participação na vida e na missão da Igreja.

8.4. A reflexão teológica

Será muito significativa uma manifestação de apreço pelo trabalho dos teólogos, diante da urgência de a Igreja contar com uma reflexão que a ajude a acertar os passos que precisam ser dados em nosso tempo.

Conclusão

Estas são algumas expectativas diante da Conferência de Aparecida, de acordo com sua índole jubilar de retomada da caminhada e reafirmação de valores.

Estas expectativas seriam atendidas nem tanto por longo documento teórico. Não é isto que o povo espera hoje.

Ao contrário, parece corresponder melhor ao momento que estamos vivendo a tomada de posição em torno de grandes opções pastorais, que viriam animar o conjunto da Igreja, e colocá-la num novo dinamismo pastoral e missionário.

E como são muitas as transformações que precisariam ser feitas hoje na Igreja, e não é possível fazê-las logo todas, é muito importante que a Conferência de Aparecida indique grandes rumos, e deixe as portas abertas para novos avanços, que decorrerão das opções assumidas pelos bispos reunidos em Aparecida.

Assim esperamos!

Dom Luiz Demétrio Valentini é bispo diocesano de Jales, SP, e presidente da Caritas Brasileira. É licenciado em filosofia pela Faculdade de Viamão, em teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma) e em letras pela Faculdade de Palmas, PR.

Endereço: Rua Vinte, 3.061
15700-000 Jales – SP
e-mail: domdemetrio@melfinet.com.br